



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4324/989/18
Poder EXECUTIVO
Município São Joaquim da Barra
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
Período 01/2018
Relator Dr. Dimas Eduardo Ramalho
Unidade Fiscalizadora UR-17 UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA
Responsável Marcelo de Paula Mian
Cargo PREFEITO
CPF 066.607.268-02
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	1	2018
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	1	2018
PPA LEI INICIAL	1	2018
LDO LEI INICIAL	1	2018
LOA LEI INICIAL	1	2018
LDO INICIAL ATA AUDIENCIA ELABORACAO	1	2018
PLAN LDO INICIAL	1	2018
PLAN LOA INICIAL	1	2018
PLAN PPA INICIAL	1	2018

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 10.583.333,25	
Realização acumulada	R\$ 11.559.307,66	
Variação	R\$ 975.974,41	9,2218%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 11.559.307,66	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 3.680.716,32	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 7.878.591,34	68,1580%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.4 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	R\$ 3.545.222,16	R\$ 4.515.796,04

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	R\$ 0.00	R\$ 4.174.503,56	R\$ 93.152,61

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	R\$ 213.474,65	R\$ 3.579.887,38	R\$ 0,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 100.119.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 28.581.000,00
Índice Apurado	28,5470%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 10.113.415,51	
Despesa Empenhada	R\$ 2.131.092,14	21,0719%
Despesa Liquidada	R\$ 365.822,07	3,6172%
Despesa Paga	R\$ 184.597,91	1,8253%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 10.113.415,51	
Despesa Empenhada	R\$ 2.131.092,14	21,0719%
Despesa Liquidada	R\$ 365.822,07	3,6172%
Despesa Paga	R\$ 184.597,91	1,8253%

Com base na Despesa Empenhada, o Município não atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 3.410.071,81	R\$ 1.326.894,98	R\$ 449.196,88	33,8532%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 3.410.071,81	R\$ 1.326.894,98	R\$ 345.284,64	26,0220%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 1.324.018,32	R\$ 1.483.927,94	112,0776%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 97.719.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 20.511.000,00
Índice Apurado	20,9898%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 10.113.415,51	
Despesa Empenhada	R\$ 3.138.251,71	31,0306%
Despesa Liquidada	R\$ 1.172.879,35	11,5973%
Despesa Paga	R\$ 1.157.747,05	11,4476%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação inferior ao mínimo exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF, devendo ser alertado quanto à sua situação desfavorável ao atendimento do referido disposto legal.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 10.113.415,51	
Despesa Empenhada	R\$ 3.138.251,71	31,0306%
Despesa Liquidada	R\$ 1.172.879,35	11,5973%
Despesa Paga	R\$ 1.157.747,05	11,4476%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 23/07/2018
Hora da Geração: 21:38:32